



## **INSTRUÇÃO, IMPRENSA E CULTURAS POLÍTICAS NA PARAHYBA DO OITOCENTOS (1849-1889)**

Thiago Oliveira de Souza  
thiagooliveirajp@gmail.com  
(UFPB)

### **Resumo**

O Presente artigo busca evidenciar os resultados obtidos no primeiro ano da pesquisa de mestrado intitulada: *Imprensa e Instrução: a cultura educacional presente nos textos jornalísticos paraibanos do século XIX (1849-1889)*. Falar em imprensa no Brasil nos remete a chegada da Família Real em 1808. Antes desse período não era permitida a circulação de periódicos, tendo em vista que as tipografias estavam proibidas. Com a instituição da imprensa régia a atividade jornalística começa a dar seus primeiros passos. Na Província da Parahyba do Norte o primeiro periódico criado foi o *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*, fundado em 1826. Nos textos jornalísticos temos uma pluralidade de temas, onde a predominância do teor político é evidente, no entanto, a instrução também era discutida. É possível localizarmos resenhas, crônicas, anúncios, legislação etc. onde o tema educacional estava presente. Nosso intuito é levantarmos o debate acerca dos textos educacionais e de que forma a cultura educacional é representada nesta fonte. Nosso recorte é amplo, compreendendo a instituição da imprensa na então América portuguesa e os primeiros debates educacionais encontrados nesta fonte. Alguns periódicos analisados são *O Reformista* (1849-1850); *A Regeneração* (1861-1862) *O Tempo* (1865); *A Gazeta do Sertão* e *a Gazeta da Parahyba*, ambos em 1888 e 1889. Nossas fontes são provenientes do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Arquivo dos Governadores e do conjunto de micro-filmes disponibilizados pelo projeto: *Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX*. Também discutiremos questões metodológicas a respeito da utilização da imprensa enquanto fonte. Seguimos os pressupostos da Nova História Cultural, em especial a perspectiva certonianiana do lugar social.

**Palavras-chave:** Imprensa. Instrução. Cultura Educacional. Cultura Política.

O presente texto, configurado em forma de artigo científico busca trabalhar, de forma preliminar, alguns temas debatidos na nossa dissertação (ainda em construção). Nosso objeto de estudo são os temas educacionais presentes nos periódicos paraibanos oitocentistas, sendo a cultura educacional nosso arcabouço teórico. Sobre este aspecto, segundo Pinheiro (2009 : 108):

Nesse sentido, compreendemos que a cultura educacional não se restringe à produção historiográfica pelo segmento social vinculado às universidades e, principalmente, àqueles atrelados aos programas de pós-graduação, mesmo que esses sejam, hoje, mais reconhecidos socialmente como os produtores de conhecimento e de saberes especializados. Partimos do pressuposto de que os artistas, os intelectuais e as pessoas simples, do povo, contribuem para a produção de leituras e de interpretações sobre o passado e o presente educacional.

O autor faz uma aproximação deste conceito com outro, o de Cultura Histórica. Neste ponto, admite uma amplitude de sujeitos na produção/escrita do conhecimento histórico. Se





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aproximando de Flores (2007 : 95): “Entendo por cultura histórica os enraizamentos do *pensar historicamente* que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico”. O nosso texto caminha no sentido de observar o que era escrito e comentado sobre a instrução<sup>1</sup> na imprensa. A história enquanto ciência ainda não estava constituída, portanto, não podemos falar de historiadores no período. É na produção jornalística desses homens oitocentistas que centramos nossa pesquisa. Uma parte razoável destes jornalistas<sup>2</sup> possuía uma formação nas letras que conferia o *status* de intelectualidade.

A nossa fonte é a imprensa. No recorte estudado<sup>3</sup> era o único meio de comunicação disponível, sendo, portanto um privilegiado local para intensos debates, entre eles o educacional. O historiador paraibano José Leal (1962) relata que os jornais do período possuíam uma postura distinta da que nós, com nosso olhar contemporâneo, conhecemos. O referido autor não entra em detalhes, mas ao consultarmos os periódicos podemos vislumbrar o que foi aludido pelo referido pesquisador. A imprensa paraibana oitocentista é palco de intensos debates políticos, Era comum o próprio jornal demonstrar sua vinculação político-partidária. Como exemplo temos o *Jornal da Parahyba*, que logo na primeira página trazia os seguintes dizeres: *Órgão do Partido Conservado*. Sendo assim, julgamos necessária uma constante vigilância, tendo em vista que muitas vezes fica difícil identificar o real interesse na divulgação de uma matéria ou um debate, por exemplo.

Buscamos privilegiar alguns autores paraibanos que escreveram sobre o nosso tema, notadamente os historiadores da imprensa. Dois nomes recorrentes sobre o assunto são Eduardo Martins (1978) e Fátima Araújo (1986). No entanto, sentimos a necessidade de incluir alguns autores

<sup>1</sup> O termo Instrução é de uso recorrente na minha pesquisa, portanto julgamos necessário uma breve explicação sobre este termo. Durante o Oitocentos a expressão que designava o que atualmente conhecemos como educação era a instrução. Apesar de aparecerem na documentação frequentemente como sinônimos, PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In. CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja. **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2009, faz algumas considerações importantes. A instrução estaria ligada ao ato de instruir, vinculada diretamente a este saber/conhecimento escolar. Educação, por sua vez, estaria relacionada ao ambiente doméstico, sendo, portanto algo mais amplo. Para o autor, o termo “instrução” já faz parte da cultura educacional oitocentista, pois remete a um lugar e tempo históricos específicos. Para maiores esclarecimentos consultar VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

<sup>2</sup> Não sabemos ao certo se estes homens se reconheciam como jornalistas, portanto, o termo será empregado com ressalvas durante o artigo.

<sup>3</sup> A presente pesquisa trabalha como marco temporal dois jornais paraibanos: *O Reformista (1849)* e *a Gazeta da Parayba (1889)*. No entanto, também será mencionado a constituição da imprensa no Brasil e os primeiro periódicos que circularam na Província da Parahyba do Norte.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

para discussões mais amplas, como por exemplo: José Murilo de Carvalho (2007), Mirian Dolhnikoff (2005), Ilmar Rohloff de Mattos (2004), René Rémond (1996), dentre outros.

Remonta a 1808 o surgimento da imprensa no Brasil, pois antes deste período as tipografias eram proibidas de funcionar. A historiografia menciona que o primeiro periódico paraibano foi *O Português*, datado de 1818, ou seja, em um momento em que a situação política nacional<sup>4</sup> estava em plena ebulição e a relação colônia/metrópole já demonstrava sinais de fragilidade, culminando futuramente com a independência política em 1822.

No entanto, a existência deste periódico é questionada, pois não há vestígios materiais ou qualquer referência direta a sua existência. Portanto, consideramos como marco no caso paraibano o periódico *Gazetta do Governo da Parahyba do Norte*, datado de 1826. Como boa parte dos que circularam no império possui como característica ser noticioso e ligado a questões políticas. Seu fundador foi o então presidente da província Alexandre Francisco de Seixas Machado. Serviu como porta-voz do seu governo, prática recorrente em diversos periódicos.

É difícil indicar um número preciso de jornais que circularam no recorte proposto, tendo em vista que as informações são muitas vezes contraditórias. Nesse ponto, cada historiador que se propôs a fazer este levantamento indicou números bem distintos. Fátima Araújo (1986) indicou que circularam na Província da Parahyba do Norte até o fim do império cerca de 50 periódicos. José Leal (1962), por sua vez, aponta incríveis 80 exemplares. Apesar do susto inicial, os números citados refletem como seria a atmosfera jornalística no período. Muitas dessas publicações tiveram uma existência efêmera, com alguns não sobrevivendo sequer a primeira publicação.

Como já foi dito no início, estudamos a cultura educacional do período, utilizando a imprensa como fonte. No entanto, a partir da historiografia disponível que versa sobre nosso recorte defendemos que o objeto de estudo não estava isolado de outros debates, notadamente as questões políticas. Este tema por si só já justificaria a inclusão de um arcabouço teórico-metodológico que contemplasse também a Nova História Política e as Culturas Políticas.

Interessa-nos também entender a sociedade que proporcionou aquele tipo de escrita (jornalística). Sabendo de antemão que a política partidária influía muitas vezes no que era dito

<sup>4</sup> Utilizo nação fazendo menção ao Estado. A idéia de nação foi sendo construída ao longo do século XIX.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sentimos a necessidade de ampliar a discussão e alargar a nossa temática. Estudamos a educação, mas não deixamos de lado a sociedade que produziu aquele discurso educacional. Neste ponto, temos o seguinte<sup>5</sup>:

Os historiadores da educação brasileira têm chamado a atenção para os processos de constituição da forma escolar de educação, implementada ao longo do século XIX, em meio a disputas e tensões, associadas aos projetos de nação e à formação do Estado Brasileiro.

Assim sendo, abrangemos os seguintes periódicos:

**Quadro 1: Jornais paraibanos oitocentista catalogados**

Nome	Matérias localizadas	Recorte
Arauto Parahybano	25	1888
A Imprensa	4	1858
A Opinião	29	1877
A Regeneração	140	1861-1862
A União Liberal	16	1879
Diário da Parahyba	147	1884-1885
Gazeta da Parahyba	268	1888-1889
Jornal da Parahyba	567	1881-1882-1883-1886-1887
O Despertador	1	1869
O Imparcial	55	1861
O Publicador	125	1884-1885-1886
Gazeta do Sertão	Falta contagem	1888-1889
O Governista Parahybano	Falta contagem	1850-1851
O Reformista	Falta contagem	1849-1850
O Tempo	Falta contagem	1865

Observando o quadro acima é possível fazermos algumas observações. Na última coluna temos o recorte temporal disponível. Percebemos que o período em questão é marcado por profundas transformações. Na década de 1860 temos a Guerra do Paraguai, que segundo Costa (1996) expôs a chaga da escravidão, pois o Brasil era o único país participante do confronto que mantinha esse tipo de relação. Na década de 1870, temos a Lei do Ventre Livre em nível nacional e a Revoltas do Quebra-Quilos e Ronco da Abelha localmente. Na última década de do império

<sup>5</sup> Consulta Gondra & Shueler (2008 : 19).





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

temos a abolição da escravidão, por exemplo. Notamos que foi um período de grande efervescência e estes temas eram debatidos nos periódicos.

Identificar os sujeitos que escreviam nos periódicos foi uma tarefa complicada, pois a prática do anonimato era recorrente. No entanto, foi possível montar um quadro com alguns nomes<sup>6</sup>:

**Quadro 2: Jornalistas, periódicos e suas respectivas ocupações**

Nome	Periódico	Ocupação
Artur Achilles dos Santos	A Parahyba, O Liberal Parahybano, Gazeta da Manhã, O Parahybano e a Gazeta da Parahyba (entre outros).	Filósofo, político e diretor do Arquivo Público
João Antônio Baptista	Jornal da Parahyba	Não identificada
Eugênio Toscano de Brito	Gazeta da Parahyba (também mencionado em outros periódicos).	Médico, professor, Deputado Provincial, Inspetor da Saúde Pública e do Porto, Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal (entre outros cargos)
Felizardo Toscano de Brito	O Argos Parahybano, O Comércio e O Despertador	Político e professor
Eliseu Elias César	O Sorriso, A Gazeta da Parahyba e Estado da Parahyba (entre outros).	Promotor Público, Deputado e Advogado
Antonio da Cruz Cordeiro Sênior	O Publicador	Médico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia (além de exercer a medicina em outras repartições) e Deputado
Antonio da Cruz Cordeiro Júnior	O Parahybano e a Gazeta da Parahyba	Médico, poeta e crítico literário.
José da Costa Júnior	O Despertador e A Opinião (entre outros)	Deputado e Juiz Municipal
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha	A Imprensa e o Jornal da Parahyba	Presidente de Província, Advogado e Inspetor da Alfandega.
Enéas Arrochelas Galvão	O Publicador	Bacharel em Direito, Promotor de Justiça da Comarca de Bananeiras, Professor, Deputado, Juiz Municipal, Auditor de Guerra da Capital Federal e Ministro do Supremo Tribunal Militar
Pe. Leonardo Antunes Henriques	Jornal da Parahyba	Padre, professor, Deputado Provincial, Procurado Fiscal da Fazenda, Provedor Fiscal, Advogado (entre outras funções).
Benjamim Franflin d'Oliveira Mello	O Despertador	Juiz de Direito de Pombal e Chefe de Polícia.
Pe. Lindolfo José Correia das Neves	O Mercantil Parahybano e O Publicador	Padre, Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, Advogado, Deputado, Juiz de Paz da Cidade

<sup>6</sup> Consultar Souza (2010)





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Julgamos interessante a inclusão deste quadro por alguns aspectos. Em primeiro lugar, temos um mapeamento de alguns jornalistas que atuavam no período. Percebemos, observando a primeira coluna que alguns eram membros de grandes famílias, algumas que inclusive chegaram aos nossos dias, como os Toscano de Brito, por exemplo. Se olharmos atentamente para última coluna temos as ocupações de cada um dos jornalistas abordados.

Podemos identificar médicos, deputados, juizes, promotores e até presidentes de província. Algo que todos eles têm em comum, baseando-se nos dados expostos até o momento, é que a grande maioria destes homens que escreviam na imprensa faziam parte da elite letrada da Província da Parahyba do Norte. Para entender de que forma essa elite estava estruturada temos uma série de possibilidades.

A partir das leituras, podemos realizar um breve debate historiográfico sobre a atuação e constituição da elite dirigente do Brasil. Neste ponto, temos autores como José Murilo de Carvalho (2007) e Ilmar Mattos (2004) que defendem uma centralização do poder nas mãos de uma elite Saquarema<sup>7</sup>. Por outro lado, temos a leitura de Mirian Dolhnikoff (2005) que proporciona outra perspectiva. Segundo a referida autora, existia no Brasil uma espécie de “pacto federativo” entre as províncias. Temos então uma acentuada descentralização e a participação de mais atores neste jogo de poder.

Estas interpretações sobre o Brasil oitocentista são importantes para o entendimento do nosso trabalho. Procuramos demonstrar, com o auxílio do quadro, que os jornalistas paraibanos em sua maioria eram membros da elite. Sendo assim, até que ponto eles possuíam influência no cenário local e nacional? Os debates educacionais propostos na imprensa estavam descolados de um contexto mais amplo? É interessante observarmos de que forma esses homens estavam inseridos na sociedade. Para tanto, também utilizamos como subsídio as obras de Martins (1978) e Barbosa (2009) que são historiadores da imprensa paraibana.

Em relação ao que já foi aludido é interessante expor o nosso conceito de Culturas Políticas. De acordo com Motta (2009, p. 15): “A categoria cultura política foi construída no século XX”. Pelos historiadores o conceito começou a ser apropriado com o retorno da história política,

<sup>7</sup> O termo “Saquarema” é trabalhado por Mattos (2004).





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

mais conhecido como Nova História Política em meados da década de 1980. Retomando a Motta (2009, p. 21).

Uma definição adequada para cultura política, evidentemente influenciada pelos autores já mencionados, poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

As representações, neste caso, englobam um sentido amplo, como a ideologia e a memória, mobilizando, por exemplo, discurso e mito. Temos uma cultura política na imprensa paraibana oitocentista, pois os jornais engendravam e estavam inseridos em um discurso político específico e que fazia sentido para seus interlocutores. É algo específico que percorre todo o dezenove. Segundo Motta (2009 : p.22): “Na acepção usada aqui, cultura política só pode existir na duração, como fenômeno estruturado e reproduzido ao longo do tempo”.

Entendemos que a imprensa oitocentista estava situada em uma cultura política específica, pois como é possível observar os jornais construíam um discurso político partidário e, de acordo com Aranha (2005), a sociedade da época respirava essa política. No entanto, destacamos que Motta (2009) nos alerta que não devemos simplificar o conceito e atribuí-lo exclusivamente a formação partidária.

Os periódicos narravam as notícias do cotidiano da província e de outras regiões, notadamente temas políticos. No entanto, a educação figurou como tema central dos debates em vários momentos, mesmo sendo esta imprensa *regular*<sup>8</sup>. Como ficou evidenciado no Quadro 2 parte considerável destes homens também atuavam como professores secundaristas, por isso buscamos entender se esta formação estava presente no momento em que os debates educacionais se faziam presentes. Mesmo com o anonimato<sup>9</sup> é possível localizar a autoria, embora aproximada, das matérias<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Utilizamos a palavra “regular” para designar uma imprensa que não estava restrita aos temas educacionais, mas abrangia todo tipo de conteúdo.

<sup>9</sup> Barbosa (2009) e Castro (1996) assinalam que o anonimato é fato recorrente no oitocentos.

<sup>10</sup> Estas informações são coletadas à partir da bibliografia disponibilizada sobre o tema. Autores como Martins (1978), Leal (1962) e Araújo (1986) são referências neste aspecto.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Sobre o debate político, podemos citar o caso do professor e diretor do Externato Normal, o Sr. Eugênio Toscano de Brito. Além da sua vinculação direta com a instrução foi jornalista do *O Publicador*<sup>11</sup> e redator chefe do jornal *A Gazeta da Parahyba*. No ano em questão, 1888, ocorre uma mudança nos quadros provinciais, pois assume a cadeira presidencial, o conservador Dr. Pedro Corrêa. Neste período o Diretor do Externato Normal era o liberal Eugênio Toscano de Brito, que passa a ser perseguido, sendo exonerado do seu cargo. Nesse ponto, o referido jornal faz duras críticas aos rumos adotados pelo então Presidente da Província. O debate sobre a demissão Dr. Eugênio durou vários dias e rendeu uma série de matérias, muitas assinadas pelo próprio prejudicado.

De acordo com os discursos dos jornalistas que faziam parte de *A Gazeta da Parahyba* a administração de Pedro Corrêa se encontrava acéfala. Passados oito dias da exoneração do diretor do Externato Normal o cargo ainda se encontrava vago. Além dessa matéria tivemos uma série de reportagens escritas pelo funcionário exonerado explicando o porquê da perseguição. Isso era um fato corriqueiro em alguns periódicos, pois o corpo redacional, quando era do partido contrário ao do administrador, não poupava críticas. Para ilustrar o que dissemos até o momento, temos<sup>12</sup>:

Sei pois, finalmente, o motivo de minha exoneração: porque o Sr. Pedro Corrêa entendeu que o cargo de director do Externato Normal é cargo de confiança política. Antes assim: porquanto, attribua eu essa exoneração a uma pequenina vingança do ex-secretário do governo da provincia de Pernambuco contra o sobrinho do Desenbargador Toscano Barreto, em virtude de uma triste ocorrência que deu-se na secretaria d'aquelle governo com os papeis da aposentadoria do mesmo desenbargador, e que ella sahio-se pessimamente [...]

Matérias como a citada no parágrafo acima são constantes nos periódicos. Percebemos que as questões políticas influenciavam diretamente nos rumos da instrução. Sendo assim, além de estudar a educação na imprensa buscamos compreender de que forma esta sociedade oitocentista estava organizada. A partir desse movimento podemos situar a instrução no jogo político.

<sup>11</sup> Um dos jornais mais longevos da Provincia da Parahyba do Norte, tendo circulado durante as décadas de 1860, 1870 e 1880, encerrando suas atividades no ano de 1886. Sobre este periódico recomendo consultar a importante obra de Martins (1878): *Tipografia do Beco da Misericórdia*. O referido livro é importante, pois conta a história da Typografia de José Rodrigues da Costa, responsável pela publicação de inúmeros jornais e documentos oficiais do Oitocentos, como por exemplo os livros de leis.

<sup>12</sup> *Gazeta da Parahyba*. A minha Exoneração III. 19/09/1888.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A nossa tentativa neste breve artigo, além de discutir a constituição da imprensa, é observar que os periódicos possuíam uma posição atuante frente aos debates educacionais. Os jornalistas se posicionavam tanto em relação à legislação quanto a atos de favorecimento e descaso por parte da administração provincial. Estes se diziam porta vozes da opinião pública e proporcionavam debates entusiasmados em torno dos rumos da instrução. Segundo Faria Filho (2002: 134): “Em diversas outras ocasiões o jornal volta a se manifestar em favor ou contra aspectos da legislação do ensino e dos atos praticados pelo executivo a respeito da instrução pública”.

Partindo para finalizar o presente texto, trataremos do periódico *Arauto Parahybano*, parte integrante da nossa pesquisa, e abrir o debate sobre o que era escrito na imprensa sobre a instrução voltada para os escravizados, que no período de circulação do jornal<sup>13</sup> já se encontravam em situação de liberdade. Um homem pode realmente ser livre sem ter acesso a instrução? Os jornalistas do referido jornal advogam que não.

Deste periódico só foi possível encontrar exemplares do ano de 1888. Os volumes disponíveis para pesquisa começam em abril e já trazem a numeração 13. Sendo assim, como o jornal possuía uma publicação semanal podemos situar o início de sua circulação em meados do janeiro. Nesta época, a escravidão no Brasil já encontrava em uma situação insustentável. Não tivemos acesso a estes exemplares que provavelmente alargariam a nossa discussão, mas o que sobreviveu a ação predatória do tempo situa a população negra, no período pós-abolição, como carente de instrução.

Após os escravizados serem libertos com a Lei Áurea o referido periódico assume uma posição muito interessante em relação à educação. A postura adotada na maioria dos textos pertinentes à instrução foi que sem a mesma o homem jamais seria de fato livre. Para ilustrar esta informação temos<sup>14</sup>:

Em nossa opinião o abolicionismo, como propaganda, terá de permanecer por muito tempo entre nós, porque, como já tivemos ocasião de dizer, sem nenhum mérito ficaria ele se sua ação terminasse com a liberdade individual do cidadão sem curar também de liberta-lhe o espirito [...]. Os efeitos da liberdade sem

<sup>13</sup> Os exemplares que tivemos acesso são em grande maioria do período pós-abolição.

<sup>14</sup> *Arauto Parahybano*. Depois da abolição. 27/05/1888.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

instrução serão nullos, e para que o homem livre não se atire aos braços do crime cumpre esclarecer-lhe o espírito [...].

Neste novo momento da nossa história, caberiam aos governantes investirem na instrução para garantir a liberdade plena do indivíduo. À imprensa, por sua vez, teria a função de fiscalizar o poder público. Os jornalistas do *Arauto Parahybano* defendem que para libertar efetivamente os escravizados seria necessário tirá-los de uma ignorância secular, proporcionando a educação.

Deste modo, podemos fazer uma relação com as *experiências de liberdade*, presentes no texto de Silva (2000). Segundo a referida autora os escravizados utilizaram as mais diversas estratégias disponíveis para a criação de uma *liberdade* no cativeiro. Liberdade esta muitas vezes proporcionada pelo acesso ao letramento. Assim temos: “Aprender a ler e escrever, enfim, podia permitir aos escravos africanos e crioulos (escravos brasileiros) passarem como libertos ou exercerem ofícios que os aproximassem da experiência da liberdade” (SILVA, 2000 : 112).

Além disso, alguns senhores desejavam que os seus escravizados possuíssem uma escolarização, mesmo que rudimentar. Muitos destes era utilizados para a execução de trabalhos especializados, portanto, quanto maior a instrução e domínio de vários ofícios o retorno para os seus respectivos senhores seria maximizado. Segundo a autora, ler, escrever e contar não era algo impossível para estes homens. Alguns senhores até desejavam isso.

De acordo com a análise bibliográfica realizada por Silva (2000) é possível constatar que na primeira metade do oitocentos uma boa parte dos senhores possuíam poucas posses, portanto passavam a depender dos ganhos proporcionados pelos escravizados. Por estes motivos, os senhores tinham interesse que seus escravos estivessem aptos para o exercício destas profissões. Sendo assim, percebemos que o tema liberdade, tomando como base também o *Arauto Parahybano*, era uma questão complexa. Muitas vezes não estava associado diretamente a alforria. Os escravizados, mesmo em cativeiro, buscavam experimentar a experiência de ser livre. A instrução muitas vezes cumpria este papel.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

### Referências

ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)*. In: Ó, Alarcon Agra do, et alli. *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural*. 3ª ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida*. João Pessoa. 2ªed. 1986.

ARAÚJO, José Carlos Souza; SCHELBAUER, Anaete Regina. *História da educação pela imprensa*. Campinas: SP. Editora Alínea, 2007.

ARAÚJO, Rode Mary de Souza. *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. Tese de doutoramento - UFPB. João Pessoa – PB. 2010.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Brasília: Editora da UnB, 1963. [Introdução: p. 29-50].

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro. Mauad X. 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

\_\_\_\_\_. (org). *Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>.

BASILE, Marcello. “O Laboratório da Nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1831)*. Vol. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-120.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Espelho de papel: A imprensa e a história da educação*. In: JÚNIOR, Décio Gatti & ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs). *Novos temas em história da educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002. p. 151-174.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial* 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO, Marcília Rosa; MIZUTA, Celina Midori. *Império em debate: Imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: Eduem, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*. In. *Revista Brasileira de História*. – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 23, nº 45, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: Uma introdução*. In: JÚNIOR, Décio Gatti & ARAUJO, José Carlos Souza (orgs). *Novos temas em história da educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002. p. 133-150.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. ; MOREL, NEVES, Marcos; Lúcia Maria Bastos P. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, Faperj. 2006.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Imprensa, Civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX*. In: JÚNIOR, Décio Gatti & ARAUJO, José Carlos Souza (orgs). *Novos temas em história da educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002. p. 197-225.

GRAHAM, Richard. *Cientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

JINZENJI, Mônica Yuri. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

LEAL, José. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União. 1962.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes (orgs). *Histórias da Paraíba: Autores e Análises sobre o Século XIX*. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 2003.

MARTINS, Eduardo. *Tipografia do Beco da Misericórdia*. João Pessoa: A União. 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Belo Horizonte – MG. Ed. Argumentum. 2009.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In. CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja. *Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2009.

SILVA, Adriana P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Plano, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar. In. BENCOSTTA, Marcus Levy. *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. Itinerários históricos. São Paulo: Cortez. 2007.

SOUZA, Thiago Oliveira de. *A Instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*. Monografia. UFPB: 2010.

VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

